



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

TERMO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0041.216445/2020-85

TOMADA DE PREÇOS Nº 032/2020/CEL/SUPEL/RO

OBJETO: *Contratação de empresa com experiência em gestão da inovação tecnológica, gestão de núcleos de inovação tecnológica, gestão de incubadoras de empresas de base tecnológica, gestão de núcleos de desenvolvimento e inovação ou equivalentes, para criar e fomentar o ecossistema local, potencializando a criação de novos negócios, dando origem a novas startups, fazendo formação empreendedora e facilitando a captação de recursos, por meio de seleção para administrar e coordenar juntamente com a Administração Pública as atividades da HUB.RO - INCUBADORA E ACELERADORA DE EMPRESAS doravante chamada HUB.RO, pelo período de 12 (doze) meses.*

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de seu Pregoeiro, designado por meio da Portaria nº 20/2021/SUPEL-CI, edição do dia 02 de fevereiro de 2021, em atenção ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **AIKI INOVAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.000.479/0001-97, com base nos Princípios da Legalidade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Razoabilidade e Proporcionalidade, do Julgamento Objetivo e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue.

I – PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE RECURSAL

A empresa **AIKI INOVAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA** manifestou sua intenção de recurso em momento oportuno, sendo considerado TEMPESTIVO e encaminhado POR MEIO ADEQUADO.

II – DO RELATÓRIO

Trata-se o presente certame de Tomada de Preço para **Contratação de empresa com experiência em gestão da inovação tecnológica, gestão de núcleos de inovação tecnológica, gestão de incubadoras de empresas de base tecnológica, gestão de núcleos de desenvolvimento e inovação ou equivalentes, para criar e fomentar o ecossistema local, potencializando a criação de novos negócios, dando origem a novas startups, fazendo formação empreendedora e facilitando a captação de recursos, por meio de seleção para administrar e coordenar juntamente com a Administração Pública as atividades da HUB.RO - INCUBADORA E ACELERADORA DE EMPRESAS doravante chamada HUB.RO, pelo período de 12 (doze) meses.**

Está Comissão Especial de Licitações – CEL, realizou a abertura da sessão no dia 10 de fevereiro de 2021, tendo o deslinde da 1ª sessão na data de 10 de fevereiro de 2021, ocasião na qual foi realizada a habilitação da recorrida, conforme 1ª Ata – SESSÃO PARA RECEBIMENTO DOS INVÓLUCROS I, II, III, ABERTURA DO

INVÓLUCROI, ANÁLISE DE HABILITAÇÃO E SUSPENSÃO DA SESSÃO ID (0016151551) juntada aos apresents autos.

Desta feita, na ocasião da Sessão restou configurado o seguinte resultado:

A empresa SEMENTE CONSULTORIA EM NEGÓCIOS E FINANÇAS LTDA e a empresa NEO NEGÓCIOS CORPORATIVOS INOVADORES LTDA, a qual tiveram seus documentos de habilitação analisados e aceito por esta Comissão, restando habilitadas. No que se refere à ASSOCIAÇÃO IMPACT HUB BRASIL, restou inabilitada por não atender o item 8.1.3, “b” do Edital.

Ato contínuo, oportunizou-se o prazo recursal aos interessados, ocasião na qual a empresa **AIKI INOVAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.000.479/0001-97 apresentou intenção de **Recurso Administrativo**, pugnando pela inabilitação das empresas **SEMENTE CONSULTORIA EM NEGÓCIOS E FINANÇAS LTDA e NEO NEGÓCIOS CORPORATIVOS INOVADORES LTDA**, pelos motivos que serão apreciados no mérito do presente julgamento.

Considerando a interposição de recurso administrativo contra sua habilitação, as empresas recorridas apresentaram contrarrazões (0016470637) (0016470716), tempestivamente e conforme legislação correlata.

Dito isto. Passa-se ao julgamento do mérito.

É o relatório.

III – DO MÉRITO – DO JULGAMENTO DO RECURSO

Antes de adentrarmos no Julgamento do Recurso, ressaltamos alguns pontos que versam sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais coordenados por esta SUPEL.

As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetivo e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Comissão, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.

Dito isso. Após criteriosa análise do Recurso interposto pela Recorrente passamos ao Julgamento das suas razões. Dos pontos discutidos:

III.1 – PROCURAÇÃO EM DESACORDO COM O EDITAL:

Alega a recorrente que as empresas **NEO NEGÓCIOS INOVADORES CORPORATIVOS LTDA e SEMENTE CONSULTORIA EM NEGOCIOS E FINANÇAS LTDA** apresentaram procuração não condizente com o expresso no aludido item 6.5.2 do Edital.

Em relação a participante NEO NEGÓCIOS INOVADORES CORPORATIVOS LTDA, verifica-se que a Procuração apresentada pela representante apresenta os seguintes dizeres:

*[...] para interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os **demais atos no presente processo licitatório**.*

Como se observa a mesma apresenta não com as mesmas palavras mas que em sua essência exemplifica o que consta no item 6.5.2 do edital, logo, verifica-se que a procuração atende os requisitos do edital.

Quanto a participante SEMENTE CONSULTORIA EM NEGOCIOS E FINANÇAS LTDA, apresentou os seguintes dizeres:

[...] para tanto, entregar, receber e dar quitação em documentos junto a Superintendência Estadual de Licitações de Rondônia, bem como solicitar e entregar certidões em nome da OUTORGANTE.

Nesse sentido considerando que os atos praticados pela representante se resumem à fase de credenciamento a qual abrange as atividades elencadas na procuração apresentada, entendemos que está também supre a exigência prevista em edital.

Assim sendo, julgamos pela improcedência do pedido apresentado pela recorrente, mantendo a habilitação da recorrida.

III.2 –PROCURAÇÃO APRESENTADA PELA REPRESENTANTE DA EMPRESA SEMENTE CONSULTORA EM NEGÓCIOS E FINANÇAS LTDA SÓ CONSTA A ASSINATURA DE 01 (UM) DIRETOR:

Diante disto, argumenta a observação do princípio da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa a administração, e que para a validade do instrumento de mandato, apenas dois itens são fundamentais: se quem está assinando a procuração é um representante legal legítimo e se os poderes que estão sendo outorgados nela são suficientes para que o procurador possa participar do procedimento licitatório, praticando os atos necessários.

Nesse sentido como pode ser observado na Procuração no ato do Credenciamento pela participante SEMENTE CONSULTORIA EM NEGOCIOS E FINANÇAS LTDA ID (0016150613), o documento foi assinado eletronicamente por Marcio Luis Miron Jappe, sócio majoritário, da referida empresa. Desta forma foi observado o disposto no Parágrafo Terceiro, Inciso V, alínea D da Cláusula V do seu Contrato Social.

Conforme observado em contrarrazões apresentadas pela participante SEMENTE CONSULTORIA, resta demonstrado através da troca de e-mails entre os sócios e os procuradores, a qual teve a participação do sócio administrador PABLO SCUSSEL MUÑOZ DE BUSTILLO, comprovando a ciência de outros sócios além do Marcio Luis Miron Jappe, quanto a participação da recorrida no procedimento licitatório.

Ante os argumentos apresentados, bem como considerando que o Edital de Licitação no item 6.5.2 não exige a assinatura de procuração por todos os sócios concluímos que as alegações apresentadas pela recorrente não são suficientes para declarar que a licitante tenha apresentado informação inválida em sua procuração.

III.3 – A EMPRESA SEMENTE CONSULTORA EM NEGÓCIOS E FINANÇAS LTDA NÃO APRESENTOU UM ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA VALIDO E A DECLARAÇÃO APRESENTADA NÃO TEM FIRMA DO EMITENTE RECONHECIDA EM CARTÓRIO:

Os atestados de capacidade técnica são documentos fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, para quem as atividades foram desempenhadas como pontualidade e qualidade. **É nesse documento que o contratante deve certificar detalhadamente que o contratado forneceu determinado bem, executou determinada obra ou prestou determinado serviço satisfatoriamente.**

Conforme se observa nos documentos de habilitação da participante SEMENTE CONSULTORIA EM NEGOCIOS E FINANÇAS LTDA ID (0016151243), esta apresentou Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo SEBRAE/RS o qual possui natureza de pessoa jurídica de direito privado, não havendo óbice quanto a emissão deste documento pela referida instituição.

Ademais foram encaminhadas inúmeras notas fiscais que comprovam a veracidade do atestado apresentado pela recorrida.

Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

“ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. FALTA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA EM CERTAME LICITATÓRIO.

1. A ausência de reconhecimento de firma é mera irregularidade formal, passível de ser suprida em certame licitatório, em face dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
2. Recurso especial improvido.” (REsp 542.333/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/10/2005, DJ 7/11/2005, p. 191)

Assim sendo, verifica-se que a comprovação de Capacidade Técnica foi plenamente atendida pela recorrida, razão pela qual julgamos pela improcedência do pedido apresentado pela recorrente.

IV - DA DECISÃO:

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, o Pregoeiro, consubstanciado pela documentação anexada aos autos, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-se **TEMPESTIVO**, e no mérito, analisou as questões pontualmente, para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol de princípios como legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, julgando-o **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**.

Submete-se a presente decisão à análise e apreciação do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Porto Velho (RO), 02 de março 2021.

EVERSON LUCIANO GERMINIANO DA SILVA

Presidente CEL/SUPEL

Mat. 300137932

SAMARA ROCHA DO NASCIMENTO

Membro CEL/SUPEL

Mat. 3000138120

JAIR DA SILVA FRANÇA

Membro CEL/SUPEL

Mat. 300118582



Documento assinado eletronicamente por **Jair da Silva Franca, Membro**, em 02/03/2021, às 12:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samara Rocha do Nascimento, Membro**, em 02/03/2021, às 12:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Everson Luciano Germiniano da Silva, Analista**, em 02/03/2021, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código



verificador **0016506588** e o código CRC **51822AB4**.

Referência: Caso responda este(a) Termo, indicar expressamente o Processo nº 0041.216445/2020-85

SEI nº 0016506588